



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 12/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 04/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS TV

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pela Secretária Municipal de Educação, informando o número de salas de aulas por escolas municipais.

O setor de contabilidade informou a existência de dotação orçamentária para atender à despesa. O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do processo licitatório. Estão anexados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo. A Comissão de Licitação está regularizada. Estão anexados as minutas do Edital, Ata de Registro de Preços e do Contrato.

Era o que havia a relatar.

### FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração". De maneira que o parecer se refere a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A justificativa para a contratação apresentada pela secretária municipal de educação é que os televisores serão utilizados em salas de aula das escolas municipais. Arguiu que as escolas municipais não dispõem de equipamentos adequados para execução de todas as atividades escolares e as tvs serão utilizadas para desenvolver e implantar sistemas informatizados nas unidades escolares.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço por unidade.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a aquisição de aparelhos de televisão de 43 polegadas O Termo de Referência especifica adequadamente os aparelhos que serão adquiridos, como sendo Aparelho de TV LED modelo SMART, com tela de tamanho mínimo de 43 polegadas, na quantidade de 65 aparelhos, com preço médio de R\$ 3.316.00.

O Edital reza que as quantidades constantes no ANEXO I são estimativas, logo, não obriga a administração a aquisição total das horas licitadas. (Edital Item 2.2).

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação





Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima a quantidade em 65 aparelhos a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será utilizada, haja vista que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição deste procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseje contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara", e continua:

A minuta do Edital, a Ata de Registro de Preços e o Contrato atendem aos requisitos legais.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo, ressaltado no contexto, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 04 de março de 2022.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

JOSÉ DE BARROS NETO  
Vice-Prefeito - OAB/MT 334121